

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Língua Falada e Língua Escrita: Variação Linguística e Preconceito
na Escola

Edilson Domingues Vilhasante

São Paulo

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Edilson Domingues Vilhasante

Língua Falada e Língua Escrita: Variação Linguística e Preconceito
na Escola

Monografia exigida para a conclusão
do curso de Pós-Graduação em Língua
Portuguesa – Lato Sensu. Orientadora:
Professora Doutora Mercedes Fátima
de Canha Crescitelli.

São Paulo

2014

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Influências da fala sobre a escrita.....	4
Variação Linguística.....	10
Preconceito Linguístico.....	13
Conclusão.....	18
Referências Bibliográficas.....	20

INTRODUÇÃO

Embora reconheçamos haver muitas publicações a respeito das línguas falada e escrita, consideramos relevante abordar essa relação neste estudo, já que é crescente a consciência sobre a importância da língua falada na aquisição da língua escrita. Em decorrência, os avanços nas análises textuais proporcionaram à língua falada um lugar de destaque, pelo menos no que se refere aos estudos realizados atualmente na Linguística. E estudos de variação linguística, por exemplo, mostraram que há muitas formas de se expressar, de acordo com a situação, o(s) interlocutor(es), o contexto. Assim, o fundamental passou a ser a adequação às circunstâncias de uso.

No contexto escolar, todos os alunos produtores de textos são, predominantemente, crianças e jovens que já possuem uma linguagem própria característica ao grupo social a que pertencem. Sendo assim, caso não percebam que deve haver uma adequação às situações de uso da língua oral e da escrita, poderão reproduzir características de uma ou de outra indistintamente, sem que ocorra uma adequação ao gênero textual que pretendem elaborar no momento em que redigem seus textos.

Sobre essa questão Marcuschi (2005, p. 19) afirma:

Em cada um desses contextos, as ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos. Inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas. Seria interessante que a escola soubesse um pouco mais sobre essa questão para enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, servindo até mesmo de orientação na seleção de textos e definição de níveis de linguagem a trabalhar.

Nem sempre os alunos compreendem as diferenças entre fala e escrita e também as relações entre elas. Sabe-se que, historicamente, a fala é bem anterior à

escrita. Todos os grupos sociais possuem uma tradição oral como seu meio de comunicação, que evolui no decorrer dos tempos, porém nem todos os grupos usam a escrita.

Apesar da anterioridade da fala em relação à escrita, a última foi ganhando mais importância por se caracterizar como um bem social indispensável e símbolo de status, educação, desenvolvimento e poder, possuindo notadamente maior prestígio social.

Em razão disso, nas escolas, a linguagem oral é pouco trabalhada e muitas vezes nem é foco de estudos. Muitos professores consideram erro os textos dos alunos apresentarem marcas da oralidade, o que é inadequado, já que, em todas as situações comunicativas, é sempre necessário verificar o gênero textual em questão, já que há diferenças no nível de linguagem exigido em cada gênero, assim como em determinadas produções as marcas de oralidade podem ser aceitas.

Assim, os professores precisam lembrar-se de que seus alunos possuem uma linguagem já desenvolvida em seu meio social e que essa linguagem atende aos objetivos dos seus usuários, de modo geral, uma vez que se comunicam e se fazem entender por outras pessoas de seu meio.

Nesta monografia, privilegia-se o estudo da língua portuguesa falada e escrita no tocante ao preconceito linguístico, relacionado mais especificamente à variação linguística, pois se sabe que na sociedade e em particular nas escolas pouco valor tem sido dado ao tema.

O objetivo geral é refletir sobre a variação linguística e o conseqüente preconceito linguístico que se observa na escola e nas relações em sociedade. Para a consecução do objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

- analisar os possíveis reflexos da língua falada na produção textual escrita do aluno;
- tratar, de modo geral, das relações entre fala e escrita, enfatizando a título de exemplificação a questão da estruturação de ambas (marcadores conversacionais na fala e paragrafação na escrita);
- compreender o fenômeno da variação linguística e refletir sobre o preconceito linguístico.

Trata-se de um trabalho teórico (reflexivo) pautado em levantamento bibliográfico de obras que contemplam língua, linguagem, variação linguística e preconceito linguístico. Utilizamos livros e também monografias de especialização e dissertações de mestrado para o desenvolvimento do trabalho.

Este trabalho foi organizado em três partes, sendo iniciado com a abordagem da influência da fala sobre a escrita. Em seguida, abordamos a questão da variação linguística, para, na sequência, tratarmos do preconceito linguístico.

INFLUÊNCIA DA FALA SOBRE A ESCRITA

Por um lado, historicamente, a escrita sempre foi considerada a verdadeira forma de linguagem, e a fala, instável, não pôde ser o objeto central de estudo no início da existência da Linguística. Também nossas gramáticas tratam as relações entre a fala e escrita tendo como parâmetro uma suposta importância maior da língua escrita. Por outro lado, hoje, é quase um consenso a ideia de que a língua falada deve ocupar um lugar de destaque no ensino da língua. Mas atualmente ela ainda não ocupa esse espaço, a despeito de todos os esforços que têm sido realizados para isso.

Além disso, é importante lembrar que, embora muitas pesquisas tenham sido realizadas ultimamente sobre a língua falada, o que se reflete em um número significativo e ainda muito crescente de trabalhos publicados, assim como de dissertações e teses, o conhecimento que se reuniu sobre o tema ainda é pouco se comparado com o que sabemos sobre a modalidade escrita.

Também é preciso dizer que, mesmo com todos esses estudos já realizados, permanecem ainda problemas, como o mencionado por Fávero, Andrade e Aquino (2007, p. 10):

Também nossas gramáticas tratam as relações entre fala e escrita tendo como parâmetro a língua escrita. Esse fato tem gerado uma postura polarizada e por vezes preconceituosa. Os gramáticos imaginam a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua com a gramática codificada.

Acrescenta-se como motivação para que a modalidade escrita da língua seja trabalhada com destaque, de um lado, o fato de o aluno já saber falar quando chega à escola e, de outro, a influência da fala sobre a escrita, especialmente nos primeiros anos escolares no que se refere à representação gráfica dos sons.

Neste estudo, consideramos importante tornar evidente que a oralidade deve ter papel central no ensino de língua. Junto com as autoras, entendemos que não se trata de “ensinar a fala”, mas de mostrar aos alunos a grande variedade de usos da fala (do mais coloquial ao mais formal). Afinal, a língua não é homogênea.

Para os estudos da língua falada, noções de interação, simetria ou assimetria de turnos e de estruturação textual são muito importantes. Há, fundamentalmente, na atividade conversacional a interação de dois ou mais interlocutores que se alternam constantemente.

Nas conversações em que ambos os interlocutores têm o mesmo direito não só de escolher a palavra, mas também de decidir acerca do que se está falando, os turnos são simétricos. Mas, se um dos interlocutores conduz o diálogo, teremos aí turnos assimétricos.

Observa-se, assim, que a produção de um texto conversacional corresponde a uma atividade social que requer a coordenação de esforços de, pelo menos, dois indivíduos que têm algum objetivo comum. O texto conversacional é, portanto, uma criação coletiva e se produz não só na e pela interação como também pela forma organizada. Como é possível depreender, as atividades conversacionais têm propriedades que as diferem dos enunciados ou textos escritos.

Sobre o processo de estruturação do texto falado ou conversacional, enfatiza-se o seu inerente caráter de imprevisibilidade. Esse texto se estrutura por cortes, interrupções, retomadas, sobreposições etc., que não podem ser vistos como problemas ou “erros”. De onde se deduz que, se o sistema da língua é o mesmo, tanto para a fala quanto para a escrita, já as relações sintáticas são de outra ordem.

A língua falada pode usar uma série de recursos do nível fonológico que a língua escrita não pode (ênfase, entonação). Na língua falada, há truncamentos,

hesitações, repetições, retomadas e correções que não aparecem no texto escrito. Também são de enorme importância para o texto falado os marcadores conversacionais, sobre os quais Marcuschi (2005, p. 47) afirma:

Os marcadores conversacionais são extremamente frequentes nos textos falados e fornecem pistas importantes para os interlocutores. Alguns funcionam como sinais do falante, outros com sinais do ouvinte.

Vejamos alguns exemplos desse importante mecanismo sempre presente em textos espontâneos, verificando o que sinalizam:

a) marcadores de concordância, discordância ou dúvida:

concordância: *tá, está bem, claro, evidente, sem dúvida* etc.;

discordância: *não, isso não, não é bem assim* etc.;

dúvida: *será? é mesmo? tem certeza?* etc.;

b) marcadores de hesitação:

ah, eh, é... etc.;

c) marcadores de digressão:

início de digressão: *fazendo um parêntese, desculpe interromper, antes que me esqueça, a propósito* etc.;

fim de digressão: *voltando ao assunto, voltando ao que eu (você) estava dizendo* etc.;

d) marcadores de início e final de segmentos tópicos, subtópicos ou quadro tópico:

início: *aí, então, agora veja* etc.;

fim: *percebeu? entendeu? viu? né?* etc.

Já, na língua escrita, em termos de sua estruturação, destacamos o parágrafo, importante unidade de construção dessa modalidade. O entendimento desse texto

não diz respeito apenas ao conteúdo semântico, mas à percepção das marcas de seu processo de produção. Essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas linguísticas para busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor.

Os parágrafos podem ser identificados por recursos visuais: espaço de entrada junto à margem esquerda ou linha em branco na passagem de um parágrafo para o outro. Contudo, o mais importante, conforme Fávero, Andrade e Aquino (2007) sinalizam, é que, em geral, a cada parágrafo deve relacionar-se uma ideia importante. Dizemos “em geral”, porque não há normas rígidas para a paragrafação. A construção de um parágrafo bem estruturado exige que ele apresente unidade, coerência, concisão e clareza, visto que se trata de um texto escrito, ou seja, um texto de interação a distância, em que não há possibilidade de participação direta e imediata do interlocutor, como ocorre no texto oral.

Destacamos algumas diferenças de estrutura entre a fala e a escrita, mas isso não significa dizer que elas apresentam relações dicotômicas. Ao contrário, elas não pode ser desvinculadas, já que são modalidades de uso de uma mesma língua. E é nessa direção que a escola precisa trabalhar, implantando uma perspectiva de ensino de língua mais ampla, que incorpore efetivamente ambas as modalidades e dê a elas a mesma importância, exatamente como elas têm na vida “real”.

Sobre essa questão, podemos citar o projeto intitulado *Fala e Escrita: usos e características*, coordenado por Marcuschi (2005: 20), que comprovou por meio de pesquisas com 500 informantes, a respeito do uso que se faz da língua no cotidiano, que o

tempo diário empregado com a escrita não passa de 5% do total de tempo em vigília, quando atinge o máximo, sendo que com a leitura usa-se um pouco mais. A grande parte do tempo é utilizada com a comunicação oral, o que caracteriza nossa sociedade, indistintamente

da classe social, idade, formação e profissão, como profunda e essencialmente oralista”.

Morales (2009) afirma que o essencial é que seja implantada, na escola, uma perspectiva de ensino de língua mais ampla, envolvendo a produção oral do aluno e objetivando o planejamento de estratégias variadas, nas quais o professor possa atuar de maneira criativa, propondo situações de aprendizagem em que a interação e o contexto social sejam realmente relevantes.

Quando se discute sobre o ensino da oralidade, muitos entendem que se está falando sobre ensinar a melhor forma de expressão dentro de contextos formais. E não se trata disso. Nesse entendimento, ignora-se que, na maior parte do tempo, o falante comunica-se em contextos cotidianos e informais.

Tendo por base as considerações da autora, destaca-se a importância do envolvimento do aluno na abordagem da oralidade em sala de aula, isto é, deve-se dar a ele a oportunidade de contato com os diferentes níveis da modalidade oral (do mais coloquial ao mais formal) e também a chance de utilização real deles. Além disso, acreditamos que é necessário oferecer ao aluno a possibilidade de analisar as mudanças e variações da língua, para que ele possa vir a compreender a formação e aplicação da língua.

A autora também apresentou, em sua dissertação de mestrado, algumas sequências didáticas produtivas para o ensino da oralidade. Todas as atividades propostas são baseadas no processo de retextualização, conforme proposto por Marcuschi (2005), e nas sugestões dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*. Elas foram aplicadas em alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II de uma escola particular da Zona Norte de São Paulo.

A retextualização consiste na passagem de uma modalidade de língua para outra, envolvendo atividades complexas de transformação que interferem no código e no

sentido dos discursos orais e escritos. No quadro seguinte, Marcuschi (2005, p. 48) sugere quatro possibilidades de retextualização, envolvendo as modalidades escrita e falada da língua:

POSSIBILIDADES DE RETEXTUALIZAÇÃO				
1. Fala		Escrit		
>>	a	(entrevista oral	>>	entrevista impressa)
2. Fala		Fala		
>>		(conferência	>>	tradução simultânea)
3. Escrita	>>	Fala	(texto escrito	>>
		Escrit		exposição oral)
4. Escrita	>>	a	(texto escrito	>>
				resumo escrito)

O processo de retextualização é muito importante para o trabalho em sala de aula com as modalidades falada e escrita da língua. Por meio dele, podemos mostrar para os alunos as operações que realizamos para, por exemplo, transformar um texto falado em texto escrito, no caso da publicação (impressa ou mesmo eletrônica) de uma entrevista originalmente gravada em áudio.

Para que esse seja um importante aliado no ensino de língua portuguesa, conforme defende Marcuschi (2005), é sempre imprescindível considerar aspectos como: a) objetivo da retextualização; b) relação tipológica entre o gênero original e o gênero para o qual o conteúdo está sendo retextualizado; c) características típicas de cada uma das duas modalidades (um exemplo: o texto escrito se organiza em parágrafos, já o texto falado não).

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A linguagem é a característica que nos difere dos demais seres. Por meio dela expomos nossa opinião em relação aos assuntos que desejamos e, sobretudo, promovemos nossa inserção na sociedade.

Para tratarmos de variação linguística, é fundamental iniciar com os níveis da fala, que são basicamente dois: formal e informal. O padrão formal está diretamente ligado à linguagem escrita, restringindo-se, de modo geral, às normas gramaticais.

Quanto ao nível informal, que poderíamos caracterizar como aquele menos obediente às normas gramaticais, ele representa o estilo considerado de menor prestígio: para a sociedade, aquela pessoa que fala ou escreve de maneira errônea é considerada “não culta”.

Segundo Marcuschi (1993, p. 63), *“os gramáticos imaginam a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua como a gramática codificada”*. Assim, nossas gramáticas tratam as relações entre fala e escrita tendo como referência a língua escrita, fato que tem gerado uma postura preconceituosa sobre o assunto: a ideia difundida é a de que, na fala, tudo seria possível, já na escrita, não.

Enquadram-se ao padrão informal da linguagem as chamadas variedades linguísticas, as quais representam as variações de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que a língua é utilizada. Dado o dinamismo que a língua apresenta, ela sofre transformações ao longo do tempo. São os chamados dialetos, que são as marcas determinantes referentes a diferentes regiões. Como exemplo, citamos a palavra mandioca que, em certos lugares, recebe outras nomenclaturas, tais como: macaxeira e aipim.

As variações sociais ou culturais estão diretamente ligadas aos grupos sociais e também ao grau de instrução de uma determinada pessoa. Como exemplo, citamos as gírias e os jargões. As gírias pertencem ao vocabulário específico de certos grupos, como os tatuadores, surfistas, cantores de rap, entre outros. Já os jargões estão relacionados às diversas profissões e caracterizam um linguajar técnico. Representando essa classe, podemos citar os médicos, advogados, profissionais da área de segurança, entre outros.

Não existe sociedade homogênea, por menor que seja a sociedade. Também não existe língua homogênea. Todas as línguas variam e mudam porque são dinâmicas e não são determinadas de modo rígido. A língua é um conjunto de variantes regionais, sociais, moldada de acordo com as situações em que nos encontramos.

Há expressões que são usadas em uma localidade e não em outra; há formas consideradas mais populares que outras; há termos que são utilizados no meio familiar ou entre amigos, porém não na presença de estranhos. Todas essas variantes são consideradas equivalentes do ponto de vista linguístico. Marcuschi (2005, p. 32) inclusive afirma:

Minha posição é a de que fala e escrita não são propriamente dois dialetos, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna bimodal. Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos.

O autor ressalta que o mais relevante não é identificar a superioridade entre fala e escrita e sim esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua. Citando as comunicações em tempo real pela Internet, produzidas nos bate-papo, ele mostra que são comunicações típicas de um texto misto situado no entrecruzamento da fala e da escrita, para então concluir:

Oralidade e escrita permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. (MARCUSCHI, 2005, p. 32)

Utilizemos exemplos dados por Mota (2002) para tratar da variação linguística por faixa etária: “*Vamo naná?*” e “*vou tirar uma soneca*”. São duas expressões que sinalizam, na dimensão da idade, variações que são resultado das características próprias do modo de falar, no caso, de crianças e adultos.

Escutamos com frequência expressões como “Oxente bichinho, tu tá aperreado?” e “Veja, você está aborrecido?”. Para alguns, a primeira expressão poderia ser um exemplo de erro ou de desrespeito a regras da gramática normativa. O fato realmente relevante nessa questão é que a ciência da linguagem visa descrever e explicar fatos de observação e não se interessa por valorizações e juízos de valor individuais e coletivos sobre a qualidade dos fatos. Viver em sociedade exige um mínimo de bagagem cultural ou social, fruto de um processo de socialização, e a linguagem é o “espaço” em que os indivíduos se representam e se constituem.

A língua escrita e a língua oral apresentam cada uma um conjunto de suas próprias variedades no tocante ao grau de formalismo. É evidente que o formalismo na língua escrita possui maior regularidade que o da língua falada. Mas tais aspectos não permitem afirmar, em nenhuma hipótese, que a língua escrita é sempre formal e que a língua oral é sempre informal, já que é possível haver textos altamente formais na língua falada e textos informais na língua escrita.

Da perspectiva de que “os usos fundam a língua e não o contrário”, para Marcuschi (2005, p. 25), a fala é concebida como “uma forma de produção textual discursiva para fins comunicativos na modalidade oral, sem necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano”. Paralelamente, a escrita “seria um modo de produção textual discursiva para fins comunicativos

com certas especificidades materiais e se caracterizaria por uma constituição predominantemente gráfica”.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Já vimos aqui que os estudiosos defendem que o uso de uma linguagem diferente não pode ser simplesmente considerado um "erro de português". O modo diverso das pessoas falarem pode ser explicado por algumas ciências como a linguística, a história e a sociologia. Embora a nossa tradição educacional ainda ofereça resistência à ideia da existência de pluralidade dentro do universo da língua portuguesa, há, comprovadamente, constantes modificações na nossa língua.

Bagno (2006) promove, por meio de diálogos de personagens, discussões sobre a língua. A personagem professora Irene, que é Doutora em Linguística, chama a atenção das estudantes para que reflitam se realmente a língua que se fala no Brasil é o português, uma vez que os brasileiros não compreendem o português do século XII e nem o português falado em Portugal. A conclusão a que chegam é que o nosso "português" não existe, por ser uma língua formada por muitos outros idiomas e dialetos, totalmente mutáveis e variáveis:

“— Vocês não entenderam o Dante porque o italiano é diferente do português. Vocês não entenderam o português do século XII porque ele é diferente do português de hoje. E não entenderam o português de Portugal porque é diferente do português do Brasil”.

A personagem explica que o que existe são variações do português. Em diferentes regiões do país, o português é falado com sotaques e características muito próprias, mas a norma padrão, com uma ortografia oficial, é uma só, para ser seguida em todo o país. Essa imposição marca a diferença entre a língua

falada e o português-padrão. No livro, a professora Irene considera ainda que, devido às imposições da norma culta da língua portuguesa, podemos observar muitas semelhanças entre o português-padrão e o não-padrão.

Segundo a personagem, essas semelhanças podem ser vistas principalmente em traços linguísticos, como os verificados em um falante escolarizado da região Sul, que pode se comunicar perfeitamente com um analfabeto do Norte do país. Esse mesmo analfabeto terá grandes dificuldades em entender uma linguagem mais padronizada. Mas isso não significa que não tenha capacidade para aprender regras gramaticais, o que depende da maneira de ensinar na escola que ele vier a frequentar.

O preconceito linguístico está claro na própria imagem negativa que nós, brasileiros, temos de nós mesmos e da língua falada aqui no Brasil – quando dizemos que “português é difícil” e que falar inglês é mais fácil e bonito. O português falado aqui apresenta um alto grau de diversidade e de variedade, não só por causa da grande extensão territorial do país que gera as diferenças regionais muito conhecidas e algumas delas de muito preconceito. Essas diferenças promovem em nosso país um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro que representa a maioria de nossa população e os falantes da variedade culta, língua ensinada na escola.

As mudanças que ocorrem na língua são interpretadas, no senso comum, como positivas ou negativas. De fato, os mais saudosistas podem reclamar do que chamam de “degeneração” da língua. É importante registrar que, para os linguistas, as mudanças linguísticas não passam por julgamento de valor, daí o uso de aspas nesse enunciado. Entendemos que a evolução da língua não deve ser vista como regressão; pelo contrário, as mudanças são a língua evoluindo.

Já os cidadãos mais novos, de modo geral, apreciam muito criar palavras novas e usar gírias. Essas mudanças também ocorrem com os textos da língua escrita, que variam de diversas maneiras.

É nesse contexto completo, em que há muitas vezes conflito de gerações e de classes sociais, que identificamos o surgimento dos preconceitos: linguístico, étnico, religioso, de idade etc.

É preciso que se diga que o brasileiro sabe português e que há diferenças entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal, as quais existem por inúmeros fatores que podem e devem ser considerados. A língua falada no Brasil tem sua gramática que é bem diferente daquela utilizada em Portugal. Nós apresentamos pronúncias, escritas, construções, próprias da nossa brasilidade.

Todos os brasileiros, conhecedores ou não da Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB, usando ou não a língua empregada pelos escritores na língua literária, pelas instituições oficiais, pelos jornalistas e pelos órgãos do poder, também falam português. O problema é que alguns utilizam uma variedade que não é padrão, que estaria fora dos padrões (seria pertencente a gramática não padrão) e que socialmente é desprestigiada, embora tenha também a sua gramática, no sentido de regras de funcionamento.

Perguntas como: “Qual Estado brasileiro apresenta a forma “certa” de falar? A forma “certa” de falar se aproxima do padrão da escrita?” são preconceituosas e não tem valor científico, são do senso comum. Mas a escola, de modo geral, ainda convive com elas.

Os PCN apresentam essas questões como culturalmente mutiladoras e atribuem à escola o papel de evitá-las, apresentando as diversas adequações aos contextos, às situações e aos interlocutores. O problema não estaria na correção da forma e sim, nas adequações às circunstâncias de uso. O que temos de

positivo, nesse cenário, é que os PCN são uma prova de que as instituições oficiais aperceberam-se da existência da diversidade da língua e vêm trabalhando para difundi-la.

Nessa direção, Crescitelli e Reis (2011, p. 36) assinalam a importância de trabalhar as variações linguísticas dentro da própria sala de aula, tendo por objetivo a reflexão sobre preconceito linguístico no meio escolar:

Trabalhar com variação linguística, por exemplo, que existe dentro da própria sala de aula possibilita refletir sobre as implicações do preconceito linguístico, muito negativas e perversas, assim como permite levar o aluno a ampliar seu conhecimento sobre variedades adequadas a situações comunicativas diferente”.

Observa-se então a necessidade de embasar o trabalho da língua falada em sala de aula em princípios metodológicos de base linguística, que visem a que o aluno se torne um usuário competente da linguagem no exercício da cidadania, conforme é proposto nos PCN.

Atribui-se à escola algumas decisões importantes referentes ao ensino da língua, a qual não deve ser ensinada de forma única. Uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar alguns aspectos referentes à identidade do indivíduo, de seu status e papel na sociedade. Esses motivos justificam a necessidade de eliminarmos os preconceitos que rondam a linguagem, especialmente, nas situações criadas na sala de aula.

Há uma tendência na atualidade de luta contra os preconceitos, todavia, alguns nem mesmos são percebidos. O preconceito de que estamos tratando aqui, o linguístico, é muitas vezes alimentado diariamente até pelos meios de comunicação em geral. E por passar despercebido, é ainda mais poderoso, já que muitos desconhecem a existência do problema.

Bagno (2005), em seu capítulo inicial, trata da mitologia do preconceito linguístico, explanando sobre oito mitos linguísticos presentes na sociedade brasileira. Alguns dos mitos apresentados pelo autor estão muito arraigados em nossa cultura. Entre eles, está o mito de que “*o português no Brasil apresenta uma unidade surpreendente*”.

Ora, a ciência linguística contemporânea já provou que não existe qualquer língua no mundo que seja una, uniforme e homogênea. O autor afirma que se trata de um mito bastante prejudicial à educação porque, ao se negar a diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística a toda a população brasileira. Assim, ignoram-se a origem geográfica, a situação socioeconômica, o grau de escolarização etc.

Na visão preconceituosa dos fenômenos da língua, qualquer transformação é estigmatizada. Mas do ponto de vista exclusivamente linguístico, o fenômeno que existe no português não padrão é o mesmo que aconteceu na história do português padrão. Por conseguinte, assim como existe preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões brasileiras.

Os professores, especialmente aqueles que pretendem trabalhar com produção textual na sala de aula, poderiam abordar essa questão de maneira atraente aos alunos. Sabe-se que a língua portuguesa é considerada muito difícil pelos alunos, por considerarem necessário decorar muitas regras e conceitos. Os alunos sentir-se-iam mais disponíveis para aprender aquilo que tivesse significado para eles. A nossa gramática precisa nos ensinar o que faz parte da nossa realidade, ou seja, aquilo que realmente tem importância para nós. Assim, torna-se mais atraente desenvolver as habilidades de expressão dos alunos em vez de obrigá-los a decorar regras ilógicas e desestimulantes, sem que tenham realmente entendimento o funcionamento da língua.

CONCLUSÃO

Buscamos, no decorrer do nosso trabalho, enfatizar a necessidade de reflexão acerca de questões inerentes à oralidade e à escrita consideradas desencadeadoras de inadequações nas falas e nas escritas dos alunos. Privilegiamos o estudo da língua relacionada a questões de preconceito linguístico, abordando mais especificamente a variação linguística como fator preponderante para a existência desse preconceito. Entendemos ser um tema de relevância pois a sociedade e em particular as escolas pouco valor têm dado ao problema.

Nosso objetivo geral, refletir sobre a variação linguística e o conseqüente preconceito linguístico que se observa na escola e nas relações em sociedade, foi alcançado por meio da abordagem de três aspectos preponderantes: as relações entre fala e escrita; a variação linguística e o preconceito linguístico.

Iniciamos o estudo abordando as diferenças entre a língua falada e escrita, mostrando como cada uma delas se organiza e algumas das suas características próprias e enfatizando que ambas são modalidades de uma mesma língua e que, portanto, pertencem a um mesmo sistema. Desse modo, concluímos que não se pode afirmar que elas sejam dicotômicas. Uma influencia a outra e as relações entre elas são imprescindíveis para a dinâmica da língua como um todo.

Quanto ao contexto escolar, defendemos, ainda nessa parte, e também no restante do estudo, que o essencial é que seja implantada, na escola, uma perspectiva de ensino de língua mais ampla, envolvendo a produção oral do aluno e objetivando o planejamento de estratégias variadas, nas quais o professor possa atuar de maneira criativa, propondo situações de aprendizagem em que a interação e o contexto social sejam realmente relevantes.

No que diz respeito à variação linguística, verificamos que a língua escrita e a língua oral apresentam cada uma um conjunto de variedades próprias no tocante ao grau de formalismo. Verificou-se que o formalismo da língua escrita possui maior regularidade que o da língua falada, mas que isso não autoriza, de modo algum, afirmar que a língua escrita é formal e que a língua oral é informal. Demonstrou-se que isso não é verdadeiro, já que podemos ter textos altamente formais na língua falada e textos informais na língua escrita.

Uma reflexão importante para este estudo foi a de que a língua é, essencialmente, variação, o que significa dizer que ela está sempre se alterando, de acordo com características do contexto social, histórico, político. Pensar que existe apenas uma forma adequada de se expressar em qualquer situação e em qualquer tempo é uma inconsistência, muito prejudicial para o ensino de língua portuguesa.

A variação linguística e o preconceito linguístico advindo do julgamento de valor acerca do uso das variações linguísticas são, então, aspectos a serem compreendidos com mais profundidade por todos que atuam na escola, e não apenas pelo professor de língua portuguesa, com o objetivo de interrompermos uma possível estigmatização do falante de uma variedade de menos prestígio.

Já que são atribuídas à escola as decisões mais importantes referentes ao ensino da língua, verificou-se que a língua não deve ser ensinada de forma única. Uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar alguns aspectos referentes à identidade do indivíduo, de seu status e papel na sociedade. Esses motivos justificam a necessidade de eliminarmos os preconceitos que rondam a linguagem, especialmente, nas situações criadas na sala de aula.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa (5ª-8ª séries)*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CRESCITELLI, Mercedes Canha; REIS, Amália Salazar. O ingresso do texto oral em sala de aula. In: ELIAS, Vanda Maria (org.). *Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, 2011.

FAVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira e AQUINO, Zilda Gaspar. *Oralidade e Escrita: perspectiva para o ensino da língua materna*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O tratamento de oralidade no ensino de língua*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1993 (xerox de texto impresso).

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Perspectivas no ensino de Língua Portuguesa nas trilhas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: BASTOS, Neusa B. (org). *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004.

MORALES, Vanessa Paternostro. *A oralidade no ensino de língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPG LP), 2009.

MOTA, Edna Amorim. *Variação e Preconceito Linguístico*. Monografia de Especialização. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Curso de *lato sensu* em Língua Portuguesa), 2002.

MUNHOZ, Raquel Toledo. *A oralidade e a escrita no espaço escolar*. Monografia de Graduação. Campinas: UNICAMP, 1997.